

8. JERUSALÉM, CIDADE OCUPADA

Jerusalém, ou Al-Quds (O Sagrado), como é conhecida em árabe, é uma das mais antigas cidades do mundo e é considerada sagrada por judeus, cristãos e muçulmanos.

A Resolução 181 das Nações Unidas (1947), que estabelecia no território da Palestina histórica dois Estados, um árabe e um judaico, definia Jerusalém como um *corpus separatum*,



Todos os anos Israel desaloja centenas de palestinos em Jerusalém Oriental, fazendo demolir as suas habitações com o pretexto de falta de licença de construção. A coacção de Israel sobre a habitação de palestinos — que constituem dois terços da população da parte oriental da cidade — insere-se na sua estratégia para alterar a composição demográfica de Jerusalém, criando uma maioria judaica através da saída forçada de palestinos.

Na realidade, apenas 13% da área de Jerusalém Oriental está afectada a construção palestina — e a maioria já está construída —, quando, em contrapartida, 35% de Jerusalém Oriental ocupada foi dividida em zonas para alojar colonos israelitas.



Kufr Aqab e o vizinho Campo de Refugiados de Shuafat são as duas áreas populacionais do Norte de Jerusalém, onde residem mais de 140 000 palestinos, que o Muro do Apartheid transformou em «terra de ninguém».

Integradas no município de Jerusalém após a ocupação israelita de 1967, foram isoladas do resto da cidade com a construção do Muro. A Autoridade Palestina não tem ali jurisdição e os serviços municipais israelitas negligenciam a prestação de serviços básicos como o saneamento, o abastecimento de água, a saúde e a educação.

administrado pela ONU. No entanto, na sequência da guerra de 1948 Israel ocupou a parte ocidental da cidade e a Jordânia a parte oriental.

Após a Guerra dos Seis Dias (1967), Israel ocupou também a parte oriental. A ocupação por Israel de Jerusalém Oriental é considerada ilegal pela comunidade internacional, conforme expresso em várias resoluções do Conselho de Segurança da ONU, mas, tal como tantas outras resoluções ignoradas por Israel, esta condenação não tem passado do papel.

Israel tem, desde 1967 e na sequência da guerra ocorrida nesse ano, construído colonatos nos territórios ocupados na área desta cidade, procedido à construção de muros e *checkpoints* (postos de controlo), estradas exclusivas para colonos, emitido leis e tomado várias medidas que visam a transferência da soberania e a inviabilização de uma cidade palestina, apesar das condenações

internacionais e da absoluta ilegalidade de todos estes actos. Actualmente há cerca de 220 000 colonos instalados por Israel na área da cidade de Jerusalém.

Nos últimos anos intensificou-se ainda a instalação de colonos (muitos deles vindos directamente dos Estados Unidos da América e de outros pontos do mundo que não Israel) em bairros de população maioritariamente palestina como Sheikh Jarrah, Beit Hanina ou Silwan. Em muitos casos, Israel procede à demolição das casas onde as famílias palestinas têm habitado desde tempos imemoriais ou, mais perversamente, obriga os proprietários a demoli-las, sob pena de pesadas multas e sanções.

Em Abril e Maio de 2021, durante o mês do Ramadão, registaram-se tentativas de avanço na expulsão de palestinos das suas casas em Jerusalém Oriental e substituição destes por colonos israelitas, e simultaneamente tiveram lugar uma série de actos israelitas em Jerusalém em torno de lugares importantes para as populações palestinas. O Hamas, em protesto contra a invasão policial do complexo de al-Aqsa, disparou vários *rockets* em direcção a território israelita. Israel desencadeou então uma campanha de ataques aéreos contra Gaza, de que resultaram importantes danos materiais e a morte de 256 palestinos. Os actos prévios ao desencadear das operações militares podem ser encarados como uma provocação deliberada, utilizando a importância simbólica de Jerusalém para os palestinos.

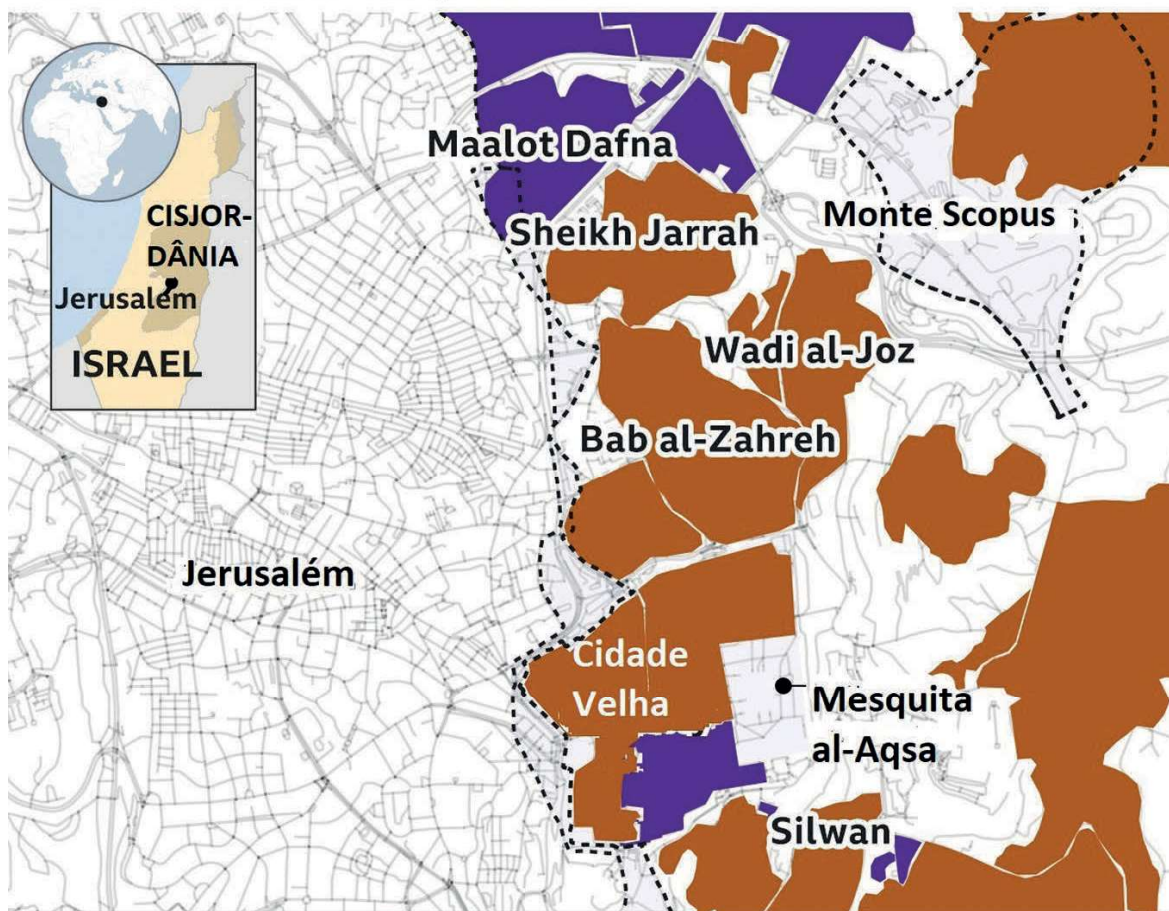
Em 2017, os Estados Unidos da América, ao arrepio da sua prática até essa data, de todos os processos negociais e de todas as resoluções internacionais, passaram a reconhecer Jerusalém como capital do Estado de Israel.

A cidade de Jerusalém é considerada o coração político, económico, cultural e espiritual da nação palestina. Não é concebível nem viável um Estado palestino sem que a capital seja em Jerusalém.

De acordo com a Organização de Libertação da Palestina (OLP), o estatuto de toda a cidade de Jerusalém (incluindo a sua parte ocidental) está pendente de negociações entre as partes, sendo que Jerusalém Oriental é considerada parte inalienável do Estado palestino. As autoridades palestinas já manifestaram por diversas vezes o desejo de estabelecer um compromisso que permita o acesso internacional aos lugares sagrados situados em Jerusalém Oriental.

Colonatos em Jerusalém Oriental

- Colonatos israelitas
- Linha de cessar-fogo pré-1967
- Áreas habitacionais palestinas



Fonte: B'Tselem

BBC

Mapa da cidade de Jerusalém Oriental, com os bairros de Sheikh Jarrah (ao norte) e de Silwan (ao sul) e os colonatos israelitas assinalados. Os bairros palestinos são alvo de constantes agressões e assédio de colonos, quando não das próprias forças repressivas israelitas.

Pelo seu lado, Israel, ignorando a condenação internacional e inclusivamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre o tema (são já oito), tem posto em prática uma política de judaização de Jerusalém, ocupando parcelas da cidade e territórios circundantes, demolindo habitações de palestinos e promovendo a construção de colonatos, dificultando o restauro de casas e edifícios, além de ter erigido o Muro e um intrincado sistema de barreiras que condicionam a vida na parte controlada pelos palestinos.

Israel alargou a área administrada pelo município (israelita) de Jerusalém muito para além dos seus limites, até para lá do Muro, incluindo assim ainda mais zonas palestinas.